"COMO VOCÊ VIVE A SUA SEXUALIDADE AQUI DENTRO?": ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIAS E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS DE UM PESQUISADOR NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

"HOW DO YOU EXPERIENCE YOUR SEXUALITY IN HERE?": SPACES OF EXPERIENCE AND HORIZONS OF EXPECTATIONS OF A RESEARCHER IN THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM

Edmarcius Carvalho Novaes[1]

Resumo: neste artigo, analiso, sob a ótica das categorias de "Espaços de Experiências" e "Horizontes de Expectativas" de Reinhart Koselleck, como as questões de gênero e sexualidade se materializam como políticas públicas no Sistema Socioeducativo. Faço uma Análise Comparativa Crítica, em que confronto o "passado atual" — as vivências de jovens acautelados e minhas experiências de pesquisador com a realização de um mestrado e uma especialização sobre o tema — com o "futuro presente" — as expectativas geradas a partir de uma pesquisa realizada em 2025 sobre a evolução dos bancos de dados do SINASE, que pude avaliar. Os "espaços de experiências" me demonstraram que, no período de 2014-2016, o sistema operava como um território de reprodução e reforço do modelo cisheteronormativo, validando a violência simbólica e a dupla marginalização dos adolescentes com identidades dissidentes. A sexualidade era tratada como risco e sistematicamente negada, sendo a masculinidade triunfante um imperativo de sobrevivência, agravado pela ausência de Educação na Diversidade Sexual. Em contrapartida, os "horizontes de expectativas" atuais, impulsionados pela Resolução CNJ nº 348/2020, me revelaram um avanço conceitual e metodológico significativo. O Levantamento Nacional do SINASE de 2023 inflexionou ao incorporar categorias explícitas de identidade de gênero ("transgênero", "não binárie"), sinalizando o esforço por conceder existência epistemológica a essa juventude. Entretanto, o exercício comparativo demonstrou que, apesar dos avanços formais, o horizonte de expectativas limitou-se à repetição das experiências do passado. Os dados de 2023 revelaram que o sistema permanece dominado por uma estrutura punitiva masculina (95,6% de meninos cisgênero) e a sub-representação das identidades diversas aponta para a persistência da fragilidade metodológica. Concluo com a urgência de um sistema que abrace a pluralidade das juventudes, exigindo o aperfeiçoamento dos bancos de dados e a formação continuada dos profissionais para lidarem com as diferenças humanas, transformando os dados em instrumentos de justiça social.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Sistema Socioeducativo; Koselleck; Identidades Dissidentes.

Abstract: in this article, I analyze, from the perspective of Reinhart Koselleck's categories of "Spaces of Experience" and "Horizons of Expectations," how gender and sexuality issues materialize as public policies within the Socio-educational System. I conduct a Critical Comparative Analysis, contrasting the "present past"—the experiences of detained youths and my research experiences conducting a master's degree and a specialization on the topic—with the "present future"—the expectations generated from research conducted in 2025 on the evolution of the SINASE databases, which I was able to evaluate. The "spaces of experience" demonstrated to me that, in the period of 2014-2016, the system operated as a territory for the reproduction and reinforcement of the cisheteronormative model, validating symbolic violence and the double marginalization of adolescents with dissident identities. Sexuality was treated as a risk and systematically denied, with triumphant masculinity being a survival imperative, aggravated by the absence of Sexual Diversity Education. In contrast, the current "horizons of expectations," driven by CNJ Resolution No. 348/2020, revealed a significant conceptual and methodological advance. The 2023 National Survey of SINASE (National System for Socio-Educational Assistance) shifted by incorporating explicit categories of gender identity ("transgender," "non-binary"), signaling an effort to grant epistemological existence to this youth. However, the comparative exercise demonstrated that, despite formal advances, the horizon of expectations was limited to a repetition of past experiences. The 2023 data revealed that the system remains dominated by a punitive male structure (95.6% cisgender boys) and the underrepresentation of diverse identities points to the persistence of methodological weaknesses. I conclude with the urgency of a system that embraces the plurality of youth, requiring the improvement of databases and the continuous training of professionals to deal with human differences, transforming data into instruments of social justice.

[1] Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor e pesquisador interdisciplinar na Universidade Vale do Rio Doce, professor permanente do Mestrado em Gestão Integrada do Território, vinculado ao Laboratório SAIS - Saúde Indivíduo e Sociedade. Coordena o projeto ''FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do Ensino Médio em uma escola estadual de Governador Valadares'' (financiado pela FAPEMIG/UNIVALE).

Keywords: Psychoanalysis; LGBT issues; university-based clinic; disavowal; heteronormativity.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, busco registrar minhas reflexões como pesquisador que, nas últimas duas décadas, foi motivado a investigar o sistema socioeducativo e, ao fazê-lo, constatei que as questões relativas a gênero e sexualidade pouco se alteraram neste território ao longo do tempo. Para tanto, utilizo os conceitos de "espaços de experiências" e "horizontes de expectativas" do historiador Reinhart Koselleck (2006), com o objetivo de confrontar os resultados de minhas pesquisas no triênio 2014-2016 com as expectativas que me surgem hoje, ao me deparar novamente com este campo de estudo em minha trajetória acadêmica atual.

Utilizo tais categorias por elas me ajudarem a compreender as temporalidades nas trajetórias de vida de jovens acautelados. Para isso, estabeleço um diálogo entre as narrativas de entrevistados que investiguei no passado e os resultados de uma pesquisa de mestrado recente, na qual atuei como avaliador em uma banca de defesa e que apresenta dados cruciais sobre as políticas públicas direcionadas a este público.

Para o historiador, a experiência, em especial, é tida como o passado atual, em que "(...) acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados", razão pela qual se manifesta com o conjunto de uma "elaboração racional" e "as formas inconscientes de comportamento". Já a expectativa refere-se ao interpessoal e se realiza no hoje, tratando-se de um "(...) futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto". Assim, se constitui de "(...) esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade (...)" (Koselleck, 2006, p. 310).

Tais categorias, de modo geral, servem para pensar em que medida a sociedade procura "(...) delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis", ainda que isso não seja "(...) as histórias mesmas". Nesse sentido, o autor entende "espaços de experiência" e "horizontes de expectativas" como "categorias do conhecimento" e, portanto, fundantes da existência de uma história, já que "(...) todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem" (Koselleck, 2006, p. 306).

É nesse diálogo entre as experiências e expectativas de um pesquisador que tem como campo de estudos o sistema socioeducativo que o recorte sobre as questões de gênero e sexualidade aparece e coaduna minhas vivências. Ao focar nos meus espaços de experiência, analiso à partir das construções feitas no passado, quando, em 2014, entrevistei jovens acautelados na cidade mineira de Governador Valadares, para minha pesquisa de Mestrado em Gestão Integrada do Território. O objetivo era investigar como eles percebiam a experiência de serem jovens e estarem acautelados. Ainda neste espaço-

tempo, em 2016, concomitante ao mestrado, conclui uma especialização em Gênero e Diversidade na Escola, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e a partir dos dados da pesquisa do Mestrado, fiz o recorte sobre como era vivenciar a sexualidade naquele espaço, destacando a importância da educação na diversidade sexual para aquele território.

Já os horizontes de expectativas decorrem de experiência vivenciada em dezembro de 2025, quando já tendo cursado um doutorado, e agora professor no Programa de Mestrado em que formei, fui convidado a participar de uma banca de defesa de Mestrado, em que a pesquisa analisa os bancos de dados do SINASE, em especial, sobre gênero e sexualidade, o que me mobilizou a expectativa de que a realidade dos jovens acautelados, neste recorte, poderia ter sofrido alterações positivas no transcorrer do tempo.

Esta escrita se justifica por demonstrar como as pesquisas no sistema socioeducativo ainda dão pouca atenção às questões relativas a gênero e sexualidade. Considero relevante abordar tais territórios a partir da constituição das juventudes — aqui tomadas na concepção de Juarez Dayrell (2003), como construções sociais manifestadas em uma pluralidade de possibilidades — pois isso permite o desenvolvimento de políticas públicas que garantam, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o direito às diversas identidades de gênero e sexualidades, para além do modelo cisheteronormativo.

No campo acadêmico, esta análise corrobora para a produção de conhecimentos que auxiliam a identificar as lacunas das políticas públicas. Pretendo, com este trabalho, permitir a comparação de resultados a médio e longo prazo, destacando que pouco avanço foi alcançado e que permanecem as incapacidades técnicas do SINASE. A urgência reside na necessidade de aperfeiçoamento dos bancos de dados e na formação continuada dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo, para que possam lidar efetivamente com as diferenças humanas no que se refere às formas de constituição das identidades de gênero e de sexualidades dissidentes.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota um delineamento de pesquisa qualitativa de natureza reflexiva e comparativa, estruturado em torno das categorias de Espaços de Experiências e Horizontes de Expectativas, conforme propostas por Koselleck (2006). A metodologia não se centra na coleta de novos dados de campo, mas sim na análise documental e narrativa que articula minha trajetória de pesquisador com o objeto de estudo: a persistência da desconsideração das questões de gênero e sexualidade no Sistema Socioeducativo. Essa abordagem permite confrontar o "passado atual" – materializado nas vivências de jovens acautelados entrevistados no passado – com o "futuro presente" – representado pelas expectativas mobilizadas por uma pesquisa recente, e pelo atual arcabouço normativo do SINASE. O objetivo é criar um diálogo diacrônico que revele a permanência das lacunas institucionais e a urgente necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Para operacionalizar essa comparação, as fontes de dados foram segmentadas. Os “espaços de experiências” foram construídos através da análise narrativa e temática dos dados primários oriundos da pesquisa de Mestrado de 2014 e da Especialização de 2016, focando-se em trechos que detalham a vivência da sexualidade e do gênero por parte dos jovens acautelados. Esta etapa visa resgatar a materialidade do modelo cisheteronormativo e suas consequências repressivas naquele contexto. Em contrapartida, os “horizontes de expectativas” são fundamentais na análise documental a partir das conclusões de uma pesquisa de Mestrado de 2025, que me serviu como disparador da reflexão, ao analisar banco de dados do SINASE, considerando a necessidade de execução de notas técnicas do SINASE e resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), emitidos no período subsequente a 2016. A comparação dessas fontes busca identificar os avanços formais e os resultados concretos da política atual.

A fase final do trabalho consiste na Análise Comparativa Crítica (Abdala Jr., Benjamin, 2014). Os núcleos de sentido extraídos do "passado atual" (as dificuldades e invisibilidade dos corpos dissidentes) são confrontados com as categorias temáticas emergentes do "futuro presente" (como "formação continuada de profissionais" e "aperfeiçoamento de bancos de dados"). Essa confrontação visa demonstrar em que medida o horizonte de expectativas, embora carregado de esperança por mudanças, se encontra limitado pela repetição histórica das experiências. O resultado dessa análise fundamenta a crítica à insuficiência técnica e política do SINASE, conforme apontado na introdução, corroborando a relevância de se pensar a juventude no socioeducativo na perspectiva da pluralidade de identidades, conforme preconiza Dayrell (2003).

3 RESULTADOS

3.1 ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIAS

Entender as juventudes como construção social é pensá-las como uma categoria que se estrutura a partir de marcadores sociais como classe, gênero, raça e sexualidade, e portanto, decorrentes de relações de poder, pois tais marcadores “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual, cada um deve se manter em seu lugar” (Dayrell, 2003, p. 112).

Para o autor, enfatizar a “diversidade de modos de ser jovem existentes”, permite compreender as juventudes não somente como “um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um”. Assim, trata-se de constituir um momento específico da vida, porém, isto “não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”, uma vez que todo esse processo de juventudes “é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (Dayrell, 2003, p. 42).

Ser jovem como uma condição dada no campo social significa entender que o sujeito se constitui a partir das relações sociais que possui com o outro, em cada contexto em que se insere. Seu desenvolvimento biológico, seu capital cultural, suas habilidades e potencialidades humanas decorrem das relações vivenciadas com outras pessoas (Novaes, et al., 2022). Nesse processo de constituição do sujeito, Bernard Charlot (2000) ensina que há uma desumanização do sujeito quando o indivíduo é podado em sua trajetória de ser e estar em desenvolvimento, com todas suas potencialidades, a partir das relações com o outro, com o mundo e consigo mesmo.

Entender que os jovens acautelados são como são é perceber que eles refletem o contexto social pré-estabelecido e vivenciado até chegar ao sistema socioeducativo. Suas histórias, condições estruturais influenciam nessa constituição. Além disto, tais juventudes são plurais porque os marcadores de "gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, dentre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um" (Dayrell, 2003, p. 43).

Estes jovens acautelados, com seus conjuntos de sistemas de sentidos, expressam-se como são. Eles refletem seus mundos, quem são para os outros e quem são os outros com os quais convivem, bem como os projetos de futuro que se mostram capazes de ser identificados nas realidades possíveis que vislumbram. Tais realidades estão, no entanto, marcadas por contradições, tanto pessoais quanto coletivas, dentro de culturas que são socialmente estigmatizadas.

3.2 NO MESTRADO: A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE ENQUANTO TERRITÓRIO

No biênio 2014-2016, durante a realização do Mestrado em Gestão Integrada do Território, os dados do IPEA (2015), registravam que em 2013, havia no Brasil, um total de 21,1 milhões de adolescentes brasileiros, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Tratava-se de 11% da população, organizados geograficamente da seguinte forma: Sudeste com 38,7%, Nordeste com 30,4%, Sul com 13,3%, Norte com 10,2% e Centro-Oeste com 7,4% dos jovens.

Em relação à marcadores sociais, estes números significavam: 51,19% de adolescentes do sexo masculino; e 48,81% do feminino; 58,9% que se autodeclararam como negros (pretos e pardos), outros 40,4% se autodeclararam brancos, e menos de 1% que se autodeclarou de outra etnia – amarela ou indígena. Apesar de mais de 80% viverem em áreas urbanas, deste total de jovens, cerca de um terço dos adolescentes de 15 a 17 anos não tinham terminado o Ensino Fundamental, e menos de 2% (1,32%) haviam concluído o Ensino Médio.

Quando se analisava, à época, a relação das juventudes com o conflito com a lei, as estimativas eram específicas. Segundo o IPEA de 2015, apenas 0,013% dos 21 milhões de

adolescentes no Brasil em 2012 estavam cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade, em decorrência da prática de homicídios, latrocínios, estupros e lesões corporais. A justificativa apresentada relacionava a desigualdade social e dificuldade de acesso às políticas sociais de proteção estatal como motivação. Eram 95% de adolescentes do sexo masculino, com 60% destes com a idade entre 16 e 18 anos (IPEA, 2015).

A Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2015), apontava que à época houve uma evolução do número de adolescentes autores de atos infracionais que estavam entre 12 até 18 anos incompletos, e que cumpriam medidas socioeducativas entre 2011 e 2012. Em 2015, durante o mestrado, os dados sobre a medida de privação de liberdade eram:

TABELA 1 – Dados de internação de autores de atos infracionais entre 2011 e 2012

Território	Ano	Casos de Internação	Total de Adolescentes (12 a 18 anos incompletos)	Variação (%)
Brasil	2011	13.362	20.604.847	-
Brasil	2012	13.674	20.543.118	+3%
Minas Gerais	2011	892	N/D	-
Minas Gerais	2012	932	N/D	+5%

Fonte: Brasil (2015)

A violência praticada pela juventude marginalizada não pode ser simplesmente reduzida a um subproduto direto da privação econômica, mas deve ser compreendida como uma manifestação complexa da patologia da modernidade, conforme sinaliza Peralva (2000). A agressão se inscreve como uma exigência radical por reconhecimento – uma demanda pela autorrealização e pela validação da existência individual que o sistema social nega a estes jovens. Diante da ausência de horizontes de futuro e da invisibilidade imposta, a violência transforma-se em um meio, ainda que destrutivo, de forjar uma territorialidade própria e afirmar uma identidade. Trata-se da canalização de um profundo descontentamento com uma realidade permeada por relações de poder (Raffestein, 1993) onde o preconceito e a discriminação simbólica e concreta são regras do jogo.

Neste cenário de conflito, a identidade do jovem é construída no negativo: ser jovem, negro e pobre equivale a estar fora do padrão de normalidade socialmente estabelecido (Arroyo, 2011). A identidade hegemônica e a territorialidade política são delineadas por fenótipos e construções sociais que naturalizam as diferenças humanas como desvios (Bourdieu, 1983; Dematteis, 2008). A violência emerge, portanto, como uma territorialidade reativa para essa juventude que resiste aos processos de homogeneização. Ela se apresenta como a forma encontrada para obter algum grau de protagonismo, preenchendo o vazio da indiferença e da exclusão. Como ressalta Oliveira (2001), o delito e a violência, nesses

contextos suburbanos, podem ser interpretados como "manifestações de esperança", tentativas desesperadas de reconfigurar o espaço e inventar novas regras de presença, mesmo que através do arrombamento ou da transgressão.

Ao se introduzir a dimensão de gênero nessa análise, percebe-se que a violência está intrinsecamente ligada à construção de uma masculinidade triunfante nas classes populares, funcionando como um código de visibilidade e reconhecimento social (Welzer-Lang, 2001). Este ethos masculino, historicamente associado à virilidade do guerreiro medieval (Marques & Carreteiro, 2007), se traduz hoje em uma marca de sobrevivência. Ser viril se torna sinônimo de ser um "herói" na guerra diária contra as dificuldades da vida. O envolvimento em ações de risco e perigo, seja em gangues ou em confrontos com a polícia, é a materialização dessa masculinidade. A busca por este protagonismo arriscado se configura, assim, como uma territorialidade de poder que oferece sentido e validação às juventudes empobrecidas.

É assim que nesse espaço de experiência do pesquisador ainda como estudante de mestrado que a abordagem teórico-metodológica a partir dos estudos territoriais surge com a necessidade de incorporar novos olhares sobre a natureza, o sujeito, o conhecimento e a realidade, impulsionando o diálogo interdisciplinar na era contemporânea, a partir do contexto socioeducativo.

Segundo Stuart Hall (1997), na contemporaneidade a identidade deixa de ser estática, e o sujeito autocêntrico da modernidade é substituído por um indivíduo flexível, em constante recriação e capaz de práticas epistemológicas que dialogam com diversas formas de ser e estar no mundo. Essa nova postura epistemológica (Fazenda, 2003; Sommerman, 2006) pavimentou o caminho para a interdisciplinaridade, conceito que ganhou força a partir dos anos 70 como resposta à fragmentação do saber e à proliferação de disciplinas científicas.

A interdisciplinaridade é concebida como um conhecimento de fronteira, produzido não no centro, mas a partir das bordas e das permeabilidades entre os territórios estanques das disciplinas. Requer uma nova subjetividade, flexibilidade e trânsito constante entre campos do saber (Furlanetto, 2011), possibilitando que o sujeito analise o real em toda sua complexidade. No contexto do ensino brasileiro, marcadamente disciplinar, as propostas interdisciplinares visam justamente o contrário das generalizações: buscam compreender as singularidades das situações e produzir novos saberes a partir das demandas sociais, respondendo aos desafios globais, múltiplos e complexos (Morin, 2003), enquanto buscam compreender o sujeito imerso em suas práticas (Piaget, 1973).

Desta forma, os estudos territoriais se apresentam como uma proposta teórico-metodológica intrinsecamente interdisciplinar. Incorporam resultados de diversas disciplinas, promovem a troca de informações, questionam acomodações científicas e preparam profissionais engajados para trabalhar em equipes e metodologias diferenciadas,

sem negligenciar os saberes específicos (Japiassu, 1976). Essa base permite a compreensão do território de privação de liberdade não apenas como um espaço físico, mas como um contexto de sujeitos em trajetórias de desenvolvimento peculiares (físicas, psíquicas, sociais), demandando cuidados especiais. É um território de reprodução de relações em que a dinâmica socioespacial culmina em atos infracionais.

O território de privação de liberdade opera em duas perspectivas: uma física (Saquet, 2007), que delimita o sistema de áreas onde os jovens têm suas liberdades cerceadas; e uma subjetiva, onde a execução de medidas socioeducativas visa (re)afirmar ideologias, discursos políticos e pedagógicos de recuperação. Marcado pelas relações de poder, onde o Estado exerce o seu papel em defesa da ordem, o sistema é também um território simbólico (Haesbaert, 1997), carregando a marca da dominação por meio da obrigatoriedade do cumprimento das medidas socioeducativas, visando disciplinar os corpos e propor a recuperação do sujeito, em contraste com a prática real de controle e vingança (Foucault, 1987).

Enquanto o projeto ressocializador almejado pelo Estado permanece em grande parte no plano teórico, o território do sistema socioeducativo pauta-se por políticas públicas que, embora justificadas por necessidades sociais, devem considerar critérios legais em sua execução. Em Minas Gerais (dados de 2015), o sistema, gerido pela SUASE, contava com 36 unidades, oferecendo um total de 1.422 vagas, sendo a maior parte para internação e internação provisória (1.213 vagas). Essa estrutura se expandiu em regiões de alta incidência de atos infracionais, como Governador Valadares, que em 2005 inaugurou o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA) em resposta ao seu terceiro maior índice de atos infracionais na mesorregião Vale do Rio Doce (7,8%).

Contudo, a realidade analítica destes territórios de privação de liberdade aponta para a existência de problemas estruturais que se assemelham aos do sistema prisional, conforme Nota Técnica do IPEA (2015). A seletividade racial, a massificação do encarceramento, a superlotação e os relatos de tortura e assassinatos são marcas concretas deste território. A superlotação é agravada pela ausência de separação adequada dos internos provisórios dos definitivos, por idade, compleição física ou tipo de infração, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tais problemas concretos — evidenciados pelo alto índice de fugas (8,48%) e óbitos por conflitos interpessoais e suicídios (Levantamento Nacional SINASE 2012) — demonstram que o território do sistema de privação de liberdade manifesta relações de poder concretas (Raffestein, 1993) que se chocam com o discurso simbólico, ideológico e pedagógico do SINASE (Haesbaert, 1997). A realidade é a existência de um território, no sentido de produto social (Dematteis, 2008), onde as relações desiguais se combinam com as características do lugar, muitas vezes naturalizadas na paisagem (Telles, 1999).

3.3 NA ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: COMO VOCÊ VIVE SUA SEXUALIDADE AQUI DENTRO?

Após a delimitação do sistema socioeducativo enquanto um território de dominação, exclusão e reprodução da violência estrutural, conforme abordado na pesquisa de Mestrado, a investigação se viu impelida a um aprofundamento específico: a dimensão do gênero e da sexualidade no contexto do acautelamento. A Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, concluída em 2016, forneceu o instrumental teórico e metodológico fundamental para revisitar as narrativas coletadas em 2014 com um olhar que transcendeu a análise territorial geral e se concentrou nas identidades mais vulnerabilizadas.

Essa nova lente me permitiu questionar a normatividade institucional que parecia operar de modo invisível. O sistema, empenhado em "recuperar" e "ressocializar" o adolescente autor de ato infracional, funcionava sob um pressuposto implícito, porém rígido: a homogeneidade dos acautelados, que deveriam ser majoritariamente cisgêneros e heterossexuais. Qualquer divergência dessa matriz era, na prática institucional, ignorada, silenciada ou, pior, patologizada.

A pergunta que norteou essa reanálise dos dados – "Como você vive a sua sexualidade aqui dentro?" – revelou um espaço de experiências profundamente marcado pela repressão. No interior dos muros, a sexualidade, um componente indissociável e vital do desenvolvimento juvenil, era tratada não como um aspecto da vida a ser compreendido e educado, mas sim como um vetor de risco, uma ameaça à disciplina ou um potencial foco de indisciplina.

A gestão e o controle da sexualidade estavam, de forma orgânica, ligados à imposição da masculinidade triunfante que a pesquisa havia identificado como uma territorialidade de sobrevivência para os jovens empobrecidos. A virilidade, dentro da unidade socioeducativa, não era apenas um status social, mas um imperativo para a sobrevivência; era constantemente testada e reafirmada através da negação de qualquer traço ou expressão tida como feminina, vulnerável ou, explicitamente, homossexual.

O confinamento, em sua essência de mecanismo disciplinar, conforme a análise foucaultiana (1988), exigia o policiamento contínuo dos corpos dos internos. Essa vigilância rigorosa se traduzia em regras explícitas sobre o vestuário, a linguagem, o uso do espaço e, de maneira determinante, sobre as formas de manifestação de afeto e intimidade. Qualquer desvio na expressão de gênero ou qualquer demonstração de carinho não-normativa era prontamente reprimida e classificada como um foco de indisciplina, gerando punição ou isolamento.

Para os jovens que se identificavam como não-heterossexuais ou não cisgêneros, a experiência da privação de liberdade se intensificava ou representaria em uma dupla punição: a sanção legal pelo ato infracional e a punição social pela sua identidade. A vivência da sexualidade dissidente era alvo de violência física ou moral por parte dos pares

e, o que é mais grave, de negligência, silenciamento ou julgamento moral por parte de muitos profissionais do sistema.

A perspectiva pedagógica da especialização tornou evidente que a Educação na Diversidade Sexual e de Gênero seria a ferramenta ideal para promover a desconstrução dos preconceitos internalizados. No entanto, o que se observava no Centro Socioeducativo era a completa ausência desse diálogo formativo. O currículo, fosse ele formal ou o currículo oculto da instituição, agia na invisibilização da diversidade, substituindo o debate, a informação e o acolhimento pela disciplina rígida e pela moralidade (Novaes, 2016).

O sistema não apenas falhava em educar para as múltiplas formas de existência, mas ativamente promovia a invisibilidade de sujeitos com identidades de gênero ou sexualidades dissidentes. Não havia, nos registros, nos documentos de atendimento ou nas políticas explícitas, um reconhecimento formal de suas necessidades específicas, como o direito ao uso do nome social ou o acesso a orientações de saúde sexual que fossem inclusivas e adequadas.

A reanálise das entrevistas e dos dados institucionais revelou um profundo despreparo dos profissionais que atuavam na linha de frente do atendimento. A ausência de formação específica em gênero e sexualidade resultava em respostas institucionais baseadas no senso comum, em preconceitos pessoais arraigados ou em uma rigidez burocrática que, em última instância, apenas reforçava o modelo cisheteronormativo, perpetuando o ciclo da exclusão.

Nesse espaço do proibido, a sexualidade, sendo confinada e negada em sua manifestação natural, era empurrada para a clandestinidade. Os poucos relatos de relacionamentos, demonstrações de afeto ou vivências sexuais entre os internos indicavam que a vida afetiva era levada a cabo em segredo, o que, ironicamente, potencializava os riscos e aumentava a vulnerabilidade dos jovens a abusos ou à exposição desnecessária.

A especialização também permitiu traçar um paralelo mais evidente entre a pressão social pela adesão a uma masculinidade hegemônica e a própria autoria do ato infracional. A necessidade de provar a virilidade (o "ethos masculino" de sobrevivência) operava como um incentivo silencioso para a adoção de condutas de risco e agressividade que frequentemente culminavam nas infrações mais graves, como roubo e homicídio, amplamente representados nas estatísticas.

O foco da pesquisa se ampliou para a maneira como os corpos que não se adequavam à norma de gênero eram percebidos e tratados dentro da unidade. O desvio de gênero ou a expressão de afetividade vista como "fraca" era associado à vulnerabilidade, tornando o indivíduo um alvo fácil para a vitimização e o isolamento, o que dificultava enormemente o processo de ressocialização.

As trajetórias pessoais de muitos adolescentes já eram marcadas, no mundo externo, por conflitos e exclusão devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao

ingressarem na instituição, essas vulnerabilidades eram reafirmadas. O ambiente institucional, em vez de promover a aceitação e o acolhimento como premissas pedagógicas, atuava como um agente de correção e normalização identitária.

Percebi, com base nas novas ferramentas teóricas, que ao invisibilizar a diversidade, o sistema socioeducativo não apenas descumpria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus princípios de respeito à dignidade humana e à singularidade, mas também reforçava uma dupla marginalização: o jovem era marginalizado pela sua condição social e pelo ato infracional, e, somado a isso, era marginalizado pela sua identidade de gênero ou sexual.

Em um sistema que se autodefine como pedagógico, a falha em abordar a sexualidade e o gênero de forma positiva e educativa revela uma contradição ética profunda. O sistema optava, na prática, por uma pedagogia da ocultação em detrimento de uma pedagogia da libertação ou do reconhecimento, perpetuando a lógica da punição moral.

A Especialização em Gênero e Diversidade na Escola funcionou como um potente marco de autorrevisão pessoal. A experiência anterior de analisar o território amplo da privação de liberdade foi urgentemente ressignificada pela necessidade de visibilizar essa dimensão específica e constantemente oprimida da vida dos acautelados.

O foco da especialização, ao pensar gênero e diversidade no contexto escolar, sublinhava que a escola era o espaço ideal para a discussão e a desconstrução dos preconceitos. A ausência de uma escola efetiva, que abordasse um currículo engajado e crítico dentro do sistema socioeducativo, representava uma perda de oportunidade crucial de intervir diretamente na lógica da violência e da normatividade imposta.

A vivência de revisitar os dados do mestrado sob a nova ótica demonstrou que a sexualidade e o gênero não são temas disciplinares estanques, mas sim transversais a toda a prática socioeducativa. O acolhimento dessa complexidade exigia uma interdisciplinaridade real — e não apenas formal — que envolvesse e capacitasse pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e, crucialmente, os agentes de segurança.

A análise do espaço de experiências vivido no mestrado, com o refinamento teórico da especialização, culminou em uma dolorosa constatação: o sistema socioeducativo, no período estudado, agia como um reforçador ativo das desigualdades de gênero e da repressão sexual que os jovens já vivenciavam em suas comunidades, validando a violência simbólica dentro dos muros.

Essa constatação solidificou a necessidade de uma quebra no horizonte de expectativas. O sistema não apenas falhava em seu mandato ressocializador, mas contribuía diretamente para o sofrimento e a invisibilidade de identidades dissidentes, justificando a busca urgente por evidências de uma mudança real e positiva no período posterior a essa experiência inicial.

O recorte da Especialização provou, assim, que a análise do território da privação de liberdade estaria incompleta e seria fundamentalmente falha se ignorasse a maneira como a sexualidade e o gênero são regulados, negados ou violentados. Essa dimensão se consolidou como central para a compreensão da vulnerabilidade juvenil e da própria capacidade (ou incapacidade) do sistema em cumprir sua função pedagógica. A vivência da sexualidade dentro daquelas unidades era, portanto, o retrato mais nítido da insuficiência técnica e política do sistema, transformando a pergunta "Como você vive sua sexualidade aqui dentro?" em um poderoso diagnóstico da persistência do modelo opressor.

3.4 HORIZONTES DE EXPECTATIVAS

Como “horizontes de expectativas”, em dezembro de 2025 fui convidado a participar de uma banca cujo título era “O que pode dizer um banco de dados?”: Reflexões sobre gênero e sexualidade no Sistema Socioeducativo a partir do SINASE”, assinado por Ananda Celestino Moura Ferreira, no Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território. Até chegar a este convite, construí os espaços de experiência acima descritos percorrendo a trajetória acadêmica esperada, com a conclusão de um doutorado em Ciências Humanas, continuando minhas pesquisas no campo de gênero e sexualidades, porém em outros contextos educacionais.

Os “Horizontes de Expectativas”, na acepção de Reinhart Koselleck, representam o futuro presente, o espaço do "ainda-não" e do "não-experimentado", que é simultaneamente alimentado pela esperança e pelo medo. No contexto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a expectativa central é a superação da invisibilidade histórica e a consolidação de um banco de dados que não apenas conte, mas reconheça e dê existência epistemológica aos adolescentes e jovens em conflito com a lei.

A análise da dissertação de Ferreira (2025), revela que a experiência passada foi marcada por uma limitação estrutural. Por muito tempo, a categorização de gênero se restringiu à dicotomia simples "masculino/feminino", um binarismo que restringiu o olhar sobre a complexidade das experiências juvenis e perpetuou mecanismos de exclusão simbólica. O horizonte de transformação, contudo, é firmemente ancorado na evolução do arcabouço normativo brasileiro. A nova legislação e as diretrizes recentes impulsionam a necessidade de um sistema de informações mais ético e detalhado.

Entre as normativas novas, destaca-se a Resolução CNJ nº 348/2020, que estabeleceu diretrizes para o respeito à autodeclaração e ao uso do nome social para pessoas LGBTI+ em privação de liberdade. Essa Resolução e seu Manual de Implementação reforçam um princípio ético fundamental para a coleta de dados: a identidade de gênero deve ser respeitada e registrada pela autodeclaração do próprio adolescente, sem que haja exigência de comprovação médica ou psicológica.

Os dados que a autora levantou na série histórica do SINASE, materializam a concretização desse horizonte de expectativas. O ponto de inflexão metodológico ocorreu no Levantamento Nacional do SINASE de 2023, após um hiato de seis anos. Pela primeira vez, a pesquisa nacional rompeu com a dicotomia tradicional e incorporou categorias mais amplas e explicitamente nomeadas de identidade de gênero, tais como "cisgênero", "transgênero", "não binárie" e "travesti". Essa inclusão representa uma mudança conceitual significativa, sinalizando um esforço institucional para reconhecer a diversidade e ampliar o olhar sobre as múltiplas identidades que constituem o universo da socioeducação.

A inovação continuou no Levantamento de 2024, que aprofundou essa perspectiva ao incorporar informações sobre adolescentes que gestam ou que são mães/pais. A inclusão dessas variáveis de parentalidade e gestação consolida uma abordagem mais interseccional no tratamento dos dados, conectando gênero, responsabilidade de cuidado e vulnerabilidade social no contexto socioeducativo.

Apesar do avanço normativo e metodológico, os dados apontam para a persistência de profundas desigualdades no perfil do público atendido. O Levantamento de 2023 evidenciou uma realidade ainda dominada pela estrutura punitiva masculina. Conforme os dados, entre os adolescentes em restrição ou privação de liberdade, 95,6% (11.167) eram meninos cisgênero, enquanto apenas 3,9% (461) eram meninas cisgênero. As identidades de gênero diversas, como adolescentes trans e não binários, permanecem marginalizadas e subrepresentados, com apenas 46 registros para meninos transgêneros e 1 registro para adolescente não binário no Levantamento de 2023.

Este dado residual, no entanto, não reflete apenas a baixa incidência populacional, mas, sobretudo, a fragilidade das metodologias de identificação e autodeclaração, indicando um desafio operacional. A dissertação aponta que o avanço conceitual não se traduz integralmente na prática: a coleta de dados muitas vezes é feita pelo profissional responsável, e não pela autodeclaração do adolescente, gerando interpretações imprecisas e o consequente apagamento identitário. O desafio se estende às falhas estruturais do sistema de informações, caracterizado pela ausência de padronização nacional, falta de capacitação das equipes e carência de mecanismos de auditoria, fragilizando a qualidade e a consistência do diagnóstico nacional.

Ferreira (2025) concluiu afirmando sua expectativa de que o banco de dados evolua de um mero repositório técnico para uma estratégia política capaz de produzir visibilidade sobre as juventudes em conflito com a lei, garantindo que as informações sobre gênero, sexualidade e diversidade se consolidem como instrumentos de justiça social e de gestão democrática, o que reforça que os avanços alcançados nesse período foram muito incipientes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo me propus a analisar, sob a ótica das categorias de “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas” de Reinhart Koselleck, as questões de gênero e sexualidade, no transcorrer de minha trajetória como pesquisador no Sistema Socioeducativo. A metodologia empregada confrontou o "passado atual", isto é, as vivências dos jovens acautelados e a minha experiência do pesquisador durante o mestrado e a especialização, com o "futuro presente", em que as expectativas geradas a partir de uma pesquisa de 2025 sobre a evolução dos bancos de dados do SINASE pudessem demonstrar certa evolução.

Ao olhar para o passado, com meus espaços de experiências, percebi que, no período de 2014-2016, o sistema socioeducativo operava como um território de reprodução e reforço do modelo cisheteronormativo, validando a violência simbólica e a dupla marginalização dos adolescentes com identidades de gênero ou sexualidades dissidentes. A sexualidade, um componente vital do desenvolvimento das juventudes, era tratada como um vetor de risco e era sistematicamente negada, silenciada e empurrada para a clandestinidade. A masculinidade triunfante era um imperativo de sobrevivência, sendo a virilidade testada e reafirmada pela negação de qualquer expressão tida como vulnerável ou homossexual. Esta repressão era agravada pela ausência de Educação na Diversidade Sexual e pelo profundo despreparo dos profissionais, que, na prática, atuavam como agentes de correção moral e normalização identitária.

Em contrapartida, ao pensar nos horizontes de expectativas, no tempo atual, impulsionado pela evolução do arcabouço normativo, como a Resolução CNJ nº 348/2020, percebi um avanço conceitual e metodológico significativo. O Levantamento Nacional do SINASE de 2023, analisado em uma pesquisa de Mestrado que participei da banca, marcou um ponto de inflexão ao incorporar, pela primeira vez, categorias explícitas de identidade de gênero, como "cisgênero", "transgênero", "não binárie" e "travesti". Essa mudança sinalizou o esforço institucional para criar um banco de dados que reconheça a diversidade e conceda existência epistemológica a essa juventude.

Entretanto, o exercício comparativo demonstrou que, apesar dos avanços formais e da esperança por transformações, o horizonte de expectativas encontra-se limitado pela repetição das experiências do passado. Os dados de 2023 revelam que o sistema permanece dominado por uma estrutura punitiva masculina, com 95,6% dos adolescentes em privação de liberdade sendo meninos cisgênero. A sub-representação das identidades diversas — apenas 46 registros para meninos transgêneros e 1 para não binário em 2023 — aponta para a persistência da fragilidade metodológica. A pesquisa que analisei evidenciou que o problema reside na falha operacional: a coleta de dados é frequentemente realizada pelo profissional, e não pela autodeclaração do adolescente, o que gera o apagamento identitário.

Concluo com a esperança por um sistema mais inclusivo depende da superação da insuficiência técnica e política do SINASE. É urgente que o sistema evolua de um mero controle punitivo para uma perspectiva que abrace a pluralidade das juventudes, conforme preconiza Dayrell (2003), garantindo os direitos às diversas identidades de gênero e sexualidades para além do modelo cisheteronormativo. Essa evolução exige o aperfeiçoamento dos bancos de dados e, crucialmente, a formação continuada dos profissionais para lidarem com as diferenças humanas. A vivência da sexualidade no socioeducativo, hoje como antes, permanece o diagnóstico mais nítido da urgência em quebrar o ciclo da exclusão, transformando os dados em instrumentos de justiça social.

REFERÊNCIAS

ABDALA JR., Benjamin (Org.). **Estudos Comparados**: Teoria, Crítica e Metodologia. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

ARROYO, Miguel G. O direito de ser e o direito de ter: a dimensão ética e política do direito à educação. *In*: DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e culturas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Levantamento Nacional do SINASE**: 2011 e 2012. Brasília: SNJ, 2015.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 348, de 9 de setembro de 2020**. Estabelece diretrizes e procedimentos para o uso do nome social de pessoas trans e travestis usuárias dos serviços de saúde do sistema prisional e do sistema socioeducativo. Brasília: CNJ, 2020.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e culturas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DEMATTEIS, Giuseppe. Território e Subjetividade: notas para um debate. *In*: **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 4. ed., 2008, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

FERREIRA, Ananda Celestino Moura. **"O que pode dizer um banco de dados?"**: Reflexões sobre gênero e sexualidade no Sistema Socioeducativo a partir do SINASE. Dissertação de Mestrado em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede global. Niterói: EDUFF, 1997.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Nota Técnica nº 18 - 2015**: Análise do SINASE. Brasília: IPEA, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARQUES, Cláudia; CARRETEIRO, Ana L. Masculinidade e Violência. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 15, n. 66, p. 195-212, maio/jun. 2007.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento.** Dissertação de Mestrado em Gestão Integrada do Território. Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2014

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Educação na diversidade sexual e a juventude privada de liberdade: realidades e desafios.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

NOVAES, Edmarcius Carvalho; NONATO, Eunice Maria Nazarethe; LEMOS, Ana Cristina Marques; VITORIO, Lorena Silva; OLIVEIRA, Aline Santos Pessotti de. A relação entre o campo de possibilidades e o projeto de vida de jovens em situação de conflito escolar. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 47, p. 1-23, 2022.

PERALVA, Angelina. **O Desejo de Matar.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WELZER-LANG, Daniel. **Os Homens também amam**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

Recebido em: 14/12/2025
Aceito em: 30/03/2026